

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Bullying escolar e classificação social: estigmatização, hierarquias e produção das desigualdades no cotidiano escolar

Thamiris Porto Vasconcelos

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17404>

Submetido em: 2026-08-11

Postado em: 2026-08-12 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

BULLYING ESCOLAR E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL: ESTIGMATIZAÇÃO, HIERARQUIAS E PRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES NO COTIDIANO ESCOLAR

AUTOR/A 1, Thamis Porto Vasconcelos.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6070-140X>.

thamirisportov@gmail.com

Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, Paraíba (PB), Brasil.

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o bullying escolar como mecanismo cotidiano de classificação social na escola pública. Em diálogo com a Sociologia da Educação e das desigualdades, parte-se da crítica às abordagens que reduzem o fenômeno a conflitos interpessoais ou desvios individuais, buscando compreendê-lo como prática social atravessada por relações de poder, estigmatização e produção de hierarquias entre estudantes. A pesquisa adota abordagem qualitativa, baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas com professores de escolas públicas de Campina Grande-PB. O material empírico foi analisado por meio da análise de conteúdo, conforme Bardin (2002), mobilizando referenciais da Sociologia da Educação e das desigualdades para compreender como determinados atributos corporais, comportamentais e relacionais são associados às práticas de bullying no cotidiano escolar. Os resultados indicam que as narrativas docentes revelam processos de classificação social que convertem diferenças em posições desiguais entre estudantes, produzindo relações assimétricas de poder. Conclui-se que o bullying ultrapassa a dimensão interpessoal, constituindo uma prática social vinculada à produção e à reprodução de desigualdades no espaço escolar, além de evidenciar a naturalização de formas cotidianas de violência nas interações escolares.

Palavras-chave: bullying escolar, classificação social, estigmatização, sociologia da educação, desigualdades sociais

SCHOOL BULLYING AND SOCIAL CLASSIFICATION: STIGMATIZATION, HIERARCHIES, AND THE PRODUCTION OF INEQUALITIES IN EVERYDAY SCHOOL LIFE

ABSTRACT: This study aims to analyze school bullying as an everyday mechanism of social classification in public schools. Drawing on the Sociology of Education and the sociology of social inequalities, it critiques approaches that reduce the phenomenon to interpersonal conflicts or individual deviance, seeking instead to understand it as a social practice shaped by power relations, stigmatization, and the production of hierarchies among students. The study adopts a qualitative approach based on semi-structured interviews conducted with teachers from public schools in Campina Grande, Paraíba, Brazil. The empirical material was analyzed through content analysis following Bardin (2002), drawing on theoretical perspectives from the Sociology of Education and the sociology of social inequalities to understand how specific bodily, behavioral, and relational attributes are associated with bullying practices in everyday school life. The findings indicate that teachers' narratives reveal processes of social classification that transform differences into unequal positions among students, producing asymmetric power relations. It is concluded that bullying extends beyond the interpersonal dimension, constituting a social practice linked to the production and reproduction of inequalities within the school setting, while also revealing the naturalization of everyday forms of violence in school interactions.

Keywords: school bullying, social classification, stigmatization, sociology of education, social inequalities

INTRODUÇÃO

O bullying escolar constitui um fenômeno amplamente investigado nas últimas décadas, especialmente a partir dos estudos pioneiros de Dan Olweus (1994), que o sistematizou como uma forma específica de violência entre pares no contexto escolar. No Brasil, pesquisas como as de Fante (2018) contribuíram para ampliar o debate sobre suas características, consequências e estratégias de prevenção, favorecendo a consolidação do tema na agenda de pesquisas educacionais. Desde então, o bullying passou a ocupar espaço crescente nas investigações desenvolvidas, sobretudo nos campos da Educação e da Psicologia.

Apesar da consolidação desse campo de estudos, grande parte dessa produção tem privilegiado abordagens voltadas à identificação das causas do fenômeno, dos perfis de vítimas e agressores e de seus impactos individuais, conferindo menor atenção aos processos de classificação social (Bourdieu, 1989; 2007), estigmatização (Goffman, 1988) e reprodução de desigualdades (Bourdieu; Passeron, 2014) que atravessam as relações entre estudantes no cotidiano escolar. É justamente nessa lacuna que este trabalho se insere. Em diálogo com a Sociologia da Educação e das desigualdades, propõe-se compreender o bullying não apenas como uma forma de violência entre estudantes, mas como uma prática social por meio da qual diferenças corporais, comportamentais e relacionais são classificadas, hierarquizadas e convertidas em posições desiguais no espaço escolar. Parte-se do pressuposto de que o bullying não decorre apenas de conflitos interpessoais, mas de processos cotidianos de classificação pelos quais determinados atributos passam a ser socialmente desvalorizados, produzindo hierarquias e relações assimétricas entre estudantes. Diante desse contexto, o trabalho busca responder à seguinte questão: Como as narrativas de professores da rede pública de Campina Grande-PB revelam que determinados atributos corporais, comportamentais e relacionais dos estudantes são mobilizados nos processos de classificação social, sustentando práticas de bullying no cotidiano escolar?

O objetivo deste trabalho é analisar como o bullying escolar opera como um mecanismo cotidiano de classificação social, tomando como ponto de partida as narrativas de professores da rede pública de Campina Grande-PB acerca das situações de bullying observadas no cotidiano escolar. As narrativas docentes são tomadas como fonte empírica de análise por evidenciarem as formas pelas quais os professores interpretam as interações entre estudantes e identificam os atributos que, no

cotidiano escolar, se tornam alvo recorrente de práticas de bullying. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa (GONSALVES, 2001), baseada em entrevistas semiestruturadas realizadas com docentes da rede pública, cujas narrativas foram analisadas por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). A partir dessas narrativas, busca-se compreender como determinados atributos corporais, comportamentais e relacionais dos estudantes são mobilizados nos processos de classificação entre pares, convertendo diferenças em hierarquias sociais e posições desiguais que sustentam práticas de bullying. Ao deslocar a análise do comportamento individual para os processos de classificação social, este trabalho busca contribuir para a compreensão do bullying como uma prática social vinculada à produção e à reprodução de desigualdades no espaço escolar.

1. BULLYING, CLASSIFICAÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A definição de bullying proposta por Dan Olweus (1994) tornou-se a principal referência para os estudos sobre o fenômeno. Segundo o autor, o bullying constitui uma forma específica de violência entre pares caracterizada pela intencionalidade das agressões, sua repetição ao longo do tempo e pelo desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Para Olweus (1994), o bullying distingue-se de outros conflitos interpessoais justamente porque não envolve relações entre indivíduos em condições equivalentes de poder. Trata-se de uma interação assimétrica, na qual a vítima encontra dificuldades para se defender das agressões sofridas.

Embora o autor não reduza o desequilíbrio de poder às características individuais dos estudantes, reconhece que determinados atributos físicos, comportamentais ou sociais podem aumentar a vulnerabilidade de alguns alunos às práticas de bullying. Entre esses atributos, menciona aspectos relacionados à aparência física, ao desempenho escolar, à timidez, à deficiência, à popularidade e a outras características que podem tornar determinados estudantes alvos recorrentes da violência entre pares (OLWEUS, 1994). Sua abordagem, contudo, privilegia a delimitação conceitual do fenômeno e a compreensão das condições que favorecem sua ocorrência, bem como dos impactos produzidos sobre as vítimas e sobre o ambiente escolar.

No Brasil, pesquisadoras como Cléo Fante (2018), Núbia Célio Carneiro (2018) e Sônia Maria de Souza Pereira (2009), entre outros estudiosos, ampliaram esse debate ao investigar diferentes manifestações do bullying, seus impactos sobre o desenvolvimento emocional e educacional dos estudantes e as possibilidades de prevenção e enfrentamento da violência escolar. Essas contribuições

foram fundamentais para consolidar o bullying como objeto de investigação e ampliar sua visibilidade no campo educacional. Entretanto, grande parte dessa produção permanece orientada para a identificação de fatores de risco, consequências e estratégias de intervenção, dedicando menor atenção aos processos sociais pelos quais determinados atributos físicos, comportamentais e relacionais passam a adquirir significados negativos, sendo mobilizados na produção de classificações, estigmas e hierarquias entre os estudantes.

Compreender o bullying para além de suas manifestações imediatas implica considerar os mecanismos sociais que produzem essas classificações e organizam relações assimétricas entre os estudantes. Sob essa perspectiva, as contribuições de Bourdieu (1972; 1989; 2007), Goffman (1988) e Bourdieu e Passeron (2014) oferecem importantes ferramentas analíticas para compreender como determinadas diferenças são socialmente classificadas, hierarquizadas e estigmatizadas, convertendo-se em posições desiguais no espaço escolar. Essas abordagens permitem compreender o bullying para além de um comportamento individual ou uma forma isolada de violência e analisá-lo como uma prática social que participa da produção e da reprodução das desigualdades no cotidiano escolar.

Em *A distinção: crítica social do julgamento*, Pierre Bourdieu (2007) demonstra que os gostos, as percepções e os critérios pelos quais os indivíduos julgam a si mesmos e aos outros não são naturais, mas socialmente produzidos. Para o autor, as classificações sociais constituem formas de percepção e avaliação do mundo social por meio das quais os indivíduos distinguem, nomeiam e atribuem valor aos sujeitos, às práticas e aos objetos. Essas classificações não decorrem de escolhas individuais isoladas, mas estão relacionadas às disposições incorporadas pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias sociais. Nesse sentido, Bourdieu (2007, p. 13) destaca que:

o gosto classifica aquele que procede a classificação: os sujeitos sociais distinguem-se pelas distinções que eles operam entre o belo e o feio, o distinto e o vulgar; por seu intermédio, exprime-se ou traduz-se a posição desses sujeitos nas classificações objetivas (BOURDIEU, 2007, p. 13).

Embora o autor esteja analisando inicialmente os processos de distinção relacionados ao campo cultural, sua reflexão permite compreender que os critérios utilizados pelos indivíduos para perceber, avaliar e classificar diferenças não são naturais, mas socialmente construídos. Essa discussão é aprofundada em *O poder simbólico*, no qual Bourdieu (1989) demonstra que os sistemas de classificação constituem formas de poder, pois não apenas descrevem o mundo social, mas também contribuem para produzi-lo e legitimá-lo. Ao nomear, categorizar e atribuir valor aos indivíduos, tais classificações

tendem a naturalizar diferenças e hierarquias que são historicamente construídas. Assim, determinadas características passam a adquirir significados específicos dentro de determinados contextos sociais, podendo ser transformadas em marcadores de diferenciação e hierarquização entre os sujeitos.

É nesse contexto que Bourdieu (1972) desenvolve o conceito de *habitus*, entendido como um sistema de disposições duráveis de pensar, sentir e agir, incorporadas pelos indivíduos ao longo de suas experiências sociais. O autor o define como um conjunto de “sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1972, p. 13-14), indicando que essas disposições, embora constituídas pelas condições sociais de existência, também orientam as práticas e representações dos indivíduos. Constituído nas relações familiares, escolares e nas condições objetivas de existência, o *habitus* orienta a maneira como os sujeitos percebem o mundo, classificam os outros e atribuem valor às pessoas, aos objetos e às práticas culturais. Nesse sentido, as formas pelas quais os indivíduos interpretam e avaliam as diferenças sociais não são produzidas exclusivamente a partir de experiências individuais, mas estão relacionadas aos esquemas de percepção incorporados ao longo de suas trajetórias. Os esquemas de percepção incorporados pelo *habitus* constituem, igualmente, princípios de classificação do mundo social, por meio dos quais os indivíduos reconhecem, distinguem e hierarquizam pessoas e práticas (BOURDIEU, 1972; 1989; 2007). Assim, classificações e hierarquizações presentes na sociedade podem ser mobilizadas nas interações cotidianas, inclusive no espaço escolar, influenciando a maneira como determinados estudantes são percebidos, classificados e posicionados nas relações entre pares.

No contexto escolar, isso significa que determinadas diferenças corporais, comportamentais ou relacionais deixam de ser percebidas apenas como características individuais e passam a funcionar como princípios de classificação entre os estudantes. Ao serem socialmente legitimadas, essas classificações convertem determinadas diferenças em critérios de inferiorização, tornando alguns estudantes alvos recorrentes de práticas de bullying.

Se Bourdieu (1989; 2007) permite compreender como os esquemas de percepção e classificação são socialmente incorporados e legitimados nas relações sociais, Goffman (1988) contribui para explicar como essas classificações se materializam nas interações cotidianas, convertendo determinados atributos em estigmas e produzindo identidades socialmente desvalorizadas. Em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, o autor demonstra que as categorias sociais são acionadas nas interações cotidianas e influenciam a forma como percebemos e avaliamos os outros. Segundo Goffman (1988, p. 5), “a sociedade estabelece os meios de categorizar

as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias".

A partir dessas categorias socialmente construídas, os indivíduos passam a ser percebidos por meio de expectativas e atributos que lhes são concedidos antes mesmo de qualquer interação mais profunda. Nesse processo, determinadas características podem ser convertidas em marcas de desvalorização social, originando aquilo que Goffman denomina estigma. Para Goffman (1988), o estigma corresponde a um atributo profundamente depreciativo que reduz o indivíduo de uma pessoa completa e socialmente aceita a alguém considerado inferior ou desacreditado. Contudo, o autor ressalta que o estigma não reside na característica em si, mas no significado social que lhe é atribuído nas interações. Assim, um mesmo atributo pode ser considerado irrelevante em determinado contexto e altamente desqualificador em outro. Aplicada ao contexto escolar, essa perspectiva permite compreender que características como a aparência física, a deficiência, o desempenho escolar, a forma de falar, a timidez ou outras diferenças não produzem, por si mesmas, o bullying. Elas tornam-se alvo de violência porque são socialmente interpretadas como atributos negativos, produzindo processos de desqualificação, exclusão e estigmatização nas relações entre os estudantes.

As contribuições de Bourdieu e Passeron (2014) permitem ampliar essa discussão ao compreender a escola não apenas como espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como uma instituição atravessada por relações de poder e mecanismos de reprodução das desigualdades sociais. Para os autores, os processos educativos não se restringem ao ensino formal, mas envolvem igualmente a legitimação de valores, classificações e formas de hierarquização que tendem a favorecer determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Nessa perspectiva, as classificações mobilizadas nas relações entre estudantes não podem ser compreendidas como fenômenos isolados ou exclusivamente individuais. Elas expressam esquemas de percepção e de avaliação socialmente construídos, que encontram no espaço escolar condições para serem reiterados nas interações cotidianas.

Quando determinados atributos corporais, comportamentais ou relacionais passam a funcionar como critérios de inferiorização, conforme veremos nas narrativas dos professores entrevistados, o bullying deixa de representar apenas um conflito entre estudantes e passa a operar como um mecanismo cotidiano de classificação social. Ao reiterar continuamente quem é considerado "normal", "aceitável" ou "inferior", essas práticas contribuem para produzir hierarquias entre os estudantes e reforçar processos de exclusão já presentes na sociedade.

Desse modo, compreender o bullying a partir das contribuições de Bourdieu, Goffman e Bourdieu e Passeron implica deslocar o foco das características individuais dos estudantes para os processos sociais que atribuem significado às diferenças. Nessa perspectiva, o bullying não apenas expressa desigualdades previamente existentes, mas participa ativamente de sua produção e reprodução no cotidiano escolar, ao transformar diferenças em critérios de classificação, estigmatização e hierarquização entre os estudantes.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho adota uma abordagem qualitativa, que, segundo Gonsalves (2001, p. 68), "preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas". Essa perspectiva mostrou-se adequada à proposta deste estudo, uma vez que possibilita interpretar as narrativas dos professores acerca das situações de bullying vivenciadas no cotidiano escolar.

O corpus empírico é constituído por oito entrevistas semiestruturadas realizadas com professores da rede pública municipal de Campina Grande-PB. As entrevistas foram originalmente produzidas no âmbito de uma pesquisa de mestrado¹ e são retomadas neste paper a partir de um novo recorte analítico, voltado à compreensão do bullying como mecanismo cotidiano de classificação social. A interpretação dos dados empíricos é orientada pelo diálogo entre a literatura sobre bullying e as contribuições da Sociologia.

Participaram da pesquisa oito professores, homens e mulheres com idades entre 29 e 50 anos, que atuavam no Ensino Fundamental I e II. Os participantes lecionavam diferentes componentes curriculares, entre eles Educação Física, Matemática e Língua Portuguesa, além de professores polivalentes, o que possibilitou reunir diferentes perspectivas sobre as relações estabelecidas no cotidiano escolar. Para garantir o anonimato dos participantes, seus nomes foram substituídos por códigos alfanuméricos (P1, P2, P3...) acompanhados de informações referentes à área de atuação e ao segmento de ensino em que lecionavam.

As entrevistas foram realizadas em ambiente virtual, por meio da plataforma Google Meet, em razão das medidas de distanciamento social impostas pela pandemia de Covid-19. A realização

¹ As entrevistas foram realizadas no âmbito da dissertação de mestrado *Bullying escolar: uma análise das narrativas dos professores nas escolas públicas de Campina Grande-PB*, desenvolvida no PPGCS/UFCG. Neste paper, o material é reanalisado a partir de novo referencial teórico e de recorte centrado na classificação social, estigmatização e produção e reprodução das desigualdades.

individual teve como objetivo possibilitar que cada professor relatasse suas experiências e percepções de forma livre, sem interrupções ou influências dos demais participantes, considerando, ainda, que os docentes pertenciam a escolas distintas e não possuíam vínculo entre si. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos, foram gravadas mediante autorização dos participantes e posteriormente transcritas na íntegra, garantindo maior fidelidade às narrativas produzidas.

A participação dos professores foi autorizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por meio do qual foram apresentados os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados, os possíveis benefícios e riscos da participação, bem como assegurados o caráter voluntário da colaboração, o sigilo das informações e a preservação da identidade dos participantes. A pesquisa que deu origem aos dados foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (HUAC/UFCG) e aprovada por meio do Parecer nº 5.007.428, CAAE 50179821.7.0000.5182.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2002). Segundo a autora, essa técnica consiste em "um conjunto de técnicas de análise das comunicações" (BARDIN, 2002, p. 31), voltadas à interpretação sistemática dos discursos produzidos pelos participantes da pesquisa. Para Bardin (2002, p. 30-31), a análise de conteúdo deve ser adequada aos objetivos da investigação e ao tipo de material analisado.

A análise do material empírico foi organizada em três categorias temáticas, definidas a partir da leitura das entrevistas e articuladas ao referencial teórico deste estudo: (i) classificações corporais; (ii) classificações comportamentais e relacionais; e (iii) os processos pelos quais essas classificações são convertidas em hierarquias sociais no cotidiano escolar.

Essas categorias orientaram a interpretação das narrativas docentes, permitindo identificar como determinados atributos físicos, comportamentais e relacionais são mobilizados nas práticas de bullying e como, por meio de processos de classificação social e estigmatização, essas diferenças são convertidas em hierarquias entre estudantes, contribuindo para a produção e a reprodução das desigualdades no espaço escolar.

3. O BULLYING COMO MECANISMO COTIDIANO DE CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

As entrevistas realizadas com os professores da rede pública municipal de Campina Grande-PB permitiram identificar diferentes formas pelas quais o bullying é percebido e descrito no cotidiano escolar. A análise das narrativas evidenciou recorrências quanto aos atributos mobilizados nas práticas

de violência entre estudantes, bem como aos significados atribuídos a essas diferenças nas relações escolares.

A partir dessas recorrências empíricas, a análise foi organizada em três eixos temáticos. O primeiro examina as classificações corporais, evidenciando como características relacionadas ao corpo e à aparência são mobilizadas nas práticas de bullying. O segundo aborda as classificações comportamentais e relacionais, discutindo como determinados modos de agir, falar e se relacionar passam a constituir critérios de diferenciação entre os estudantes. Por fim, o terceiro eixo analisa como essas diferenças são convertidas em hierarquias sociais no cotidiano escolar, articulando as narrativas dos professores ao referencial teórico desenvolvido neste trabalho.

3.1 Classificações corporais

As narrativas dos professores entrevistados revelam que os atributos corporais constituem importantes elementos mobilizados nas práticas de bullying. Características relacionadas à aparência física aparecem de forma recorrente como marcadores para a atribuição de apelidos, zombarias e processos de exclusão entre os estudantes. Inicialmente, os professores foram convidados a apresentar suas compreensões sobre o bullying. As respostas revelaram que, para muitos deles, o fenômeno estava associado a processos de inferiorização de estudantes em razão de determinadas características. Um exemplo é a definição apresentada pelo P4, que, ao exemplificar como essa prática se manifesta no cotidiano escolar, nos disse:

É inferiorizar as outras pessoas, né? Você tirar alguma característica dessa pessoa e fazer com que ela seja menosprezada por essa característica, né? Por exemplo se a pessoa é um gordinho você vai lá vai ficar perturbando o gordinho e vai transformar isso numa... numa palavra ruim, né? Aquela criança vai crescer com o trauma desse apelido que recebeu, né?" (P4, Professor de Educação Física, Ensino Fundamental).

A definição apresentada pelo professor evidencia um aspecto central: o bullying não aparece apenas como uma agressão entre estudantes, mas como uma prática construída a partir da atribuição de significados negativos a determinadas características corporais, que passam a operar como critérios de inferiorização do outro. No trecho apresentado, a característica corporal associada ao termo “gordinho” não constitui, por si só, a causa da violência, mas torna-se um marcador socialmente produzido de desvalorização, mobilizado para justificar apelidos, constrangimentos e situações de exclusão entre os pares.

Essa compreensão também aparece nas demais entrevistas. Ao relatarem situações observadas no cotidiano escolar, os professores indicam que características relacionadas ao corpo figuram entre os principais alvos das práticas de bullying. A P2, ao descrever uma atividade rotineira realizada nas aulas de Educação Física, afirma:

Quando a gente vai fazer peso e altura, então a gente observa que os alunos mais baixos têm um certo receio. Quando são os alunos que têm o peso elevado têm um certo receio em relação à pesagem porque os alunos sempre discriminam. [...] A gente ainda escuta chamar de "gordo", "Vai quebrar a balança!", "Não tem altura suficiente!", "É baixo"...

(P2, professora de Educação Física, Ensino Fundamental).

O trecho permite observar que práticas pedagógicas rotineiras, como a aferição de peso e altura, podem tornar determinadas diferenças corporais mais visíveis nas interações entre os estudantes. Nesses momentos, atributos físicos passam a ser mobilizados como critérios de classificação, favorecendo a produção de apelidos, constrangimentos e situações de exclusão. Não é o peso ou a altura, portanto, que produzem o bullying, mas os significados sociais atribuídos a essas características, que passam a organizar posições de valorização e desvalorização entre os pares.

Além do peso e da altura, as narrativas dos professores indicam que outras características relacionadas à aparência e à apresentação corporal também aparecem como alvos recorrentes das práticas de bullying. Ao descrever situações observadas no cotidiano escolar, uma das professoras revela:

Ela é bem gordinha, aí chama atenção pelo tipo da roupa que ela tá usando, pelo biótipo dela, né? Pelo cabelo que uma aluna tem pintado de azul. É... um aluno que tem tatuagem, um aluno que tem... que usa as calças rasgadas, um aluno que veio de outro estado e ele tem o sotaque diferente, né? Tudo isso é motivo para o bullying. (P3, professora de matemática, ensino fundamental).

O depoimento aponta que os critérios mobilizados nas práticas de bullying ultrapassam características estritamente corporais e passam a abranger diferentes formas de apresentação de si. Aspectos como vestimenta, cabelo, tatuagens ou sotaque tornam-se marcadores socialmente percebidos que orientam avaliações e diferenciações entre os estudantes, contribuindo para a produção de classificações e posições desiguais nas interações cotidianas.

Em outro momento da entrevista, o P4 chama atenção para a relação entre corpo e padrões de valorização social ao destacar que, mesmo em um contexto escolar marcado por condições econômicas semelhantes entre os estudantes, os padrões de beleza continuam funcionando como

referências de avaliação e diferenciação. Ao refletir sobre os fatores relacionados ao bullying, o professor afirma que “a gente sempre vai esbarrar nesse negócio do padrão de beleza, né? Então essa parte do... da estética mexe muito com as crianças” (P4, professor de Educação Física, Ensino Fundamental).

O depoimento sugere que as classificações corporais não dependem exclusivamente de diferenças materiais entre os estudantes, mas também de critérios simbólicos de valorização. Mesmo quando não há distinções econômicas evidentes, os corpos continuam sendo avaliados segundo padrões socialmente construídos de beleza e aceitabilidade, fazendo da aparência um importante marcador das relações entre os pares.

As narrativas também evidenciam que os processos de classificação podem ser atravessados por marcadores raciais, mostrando que a cor da pele constitui uma dimensão a partir da qual diferenças podem ser percebidas, classificadas e hierarquizadas entre os estudantes. Ao refletir sobre os fatores relacionados ao bullying, a P1 destaca que o preconceito racial constitui uma das dimensões que atravessam essas práticas, afirmando que “a maioria é cor... é preconceito, bullying por cor” (P1, professora polivalente, Ensino Fundamental I). Assim como ocorre com o peso, a altura ou a aparência física, a cor da pele deixa de constituir apenas uma característica individual e passa a operar como um marcador social mobilizado nos processos de classificação entre os estudantes.

Os depoimentos analisados permitem compreender que o corpo, no espaço escolar, não constitui apenas uma dimensão biológica ou individual, mas também um elemento atravessado por processos sociais de classificação. Conforme argumenta Bourdieu (2007), as classificações sociais não correspondem simplesmente ao reconhecimento de diferenças existentes, mas constituem formas de percepção e avaliação do mundo social. Essas classificações operam como formas de poder simbólico, pois contribuem para estabelecer quais características serão reconhecidas como legítimas, valorizadas ou superiores e quais serão percebidas como inferiores ou desviantes (BOURDIEU, 1989). Essas formas de percepção são incorporadas ao habitus dos sujeitos ao longo de suas trajetórias sociais, orientando a maneira como classificam a si mesmos e aos outros (BOURDIEU, 1972). Assim, características corporais que poderiam representar apenas diferenças individuais passam a adquirir valores sociais distintos, produzindo hierarquias simbólicas no interior das relações escolares.

Nessa perspectiva, quando características como peso, altura, cabelo, vestimenta ou aparência física tornam-se motivos para apelidos, constrangimentos e exclusões, não é a diferença corporal em si que produz a inferiorização, mas os significados sociais atribuídos a ela. Os estudantes mobilizam

esquemas de percepção socialmente construídos que permitem identificar determinadas características como motivo de desvalorização, reproduzindo, no cotidiano escolar, formas de classificação presentes na sociedade mais ampla.

A contribuição de Goffman (1988) amplia essa compreensão ao demonstrar que determinados atributos passam a funcionar como estigmas quando são interpretados socialmente como marcas depreciativas. O estigma, portanto, não reside na característica do indivíduo, mas na relação estabelecida entre essa característica e os padrões de normalidade compartilhados em determinado contexto social. Dessa forma, um estudante não se torna alvo de bullying simplesmente por possuir determinado atributo corporal, mas porque essa diferença é convertida em uma marca negativa nas interações entre os pares.

No contexto escolar, esse processo evidencia que as práticas de bullying relacionadas ao corpo envolvem mais do que agressões pontuais: elas expressam processos cotidianos de classificação e estigmatização nos quais determinadas diferenças são convertidas em marcas sociais de desvalorização. Ao serem reiteradas nas interações entre os estudantes, essas classificações tendem a naturalizar posições desiguais e a legitimar formas de exclusão, contribuindo para a produção e reprodução das desigualdades no espaço escolar (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Sob essa perspectiva, o desequilíbrio de poder frequentemente apontado pela literatura clássica sobre bullying não aparece como um elemento dado ou inerente aos indivíduos, mas como um efeito das classificações e hierarquizações produzidas nas relações sociais. Assim, o bullying não apenas revela desigualdades existentes, mas participa ativamente de sua atualização ao transformar diferenças corporais em critérios de distinção, inferiorização e exclusão entre os estudantes.

3.2 Classificações comportamentais e relacionais

Os processos de classificação presentes nas práticas de bullying não se restringem aos atributos corporais. Modos de falar, de se comportar e de se relacionar também aparecem nas narrativas dos professores entrevistados como critérios recorrentes de diferenciação entre os estudantes. Características como timidez, dificuldade de interação e comportamentos percebidos como inadequados ou distintos das expectativas do grupo passam a funcionar como marcadores sociais, produzindo processos de ridicularização, exclusão e inferiorização no cotidiano escolar.

Conforme relata a P1, pequenos conflitos cotidianos podem desencadear processos de exclusão, nos quais determinados alunos passam a receber características depreciativas atribuídas pelos

colegas. Em suas palavras, basta "um olhar estranho" que já gera um "não quer mais ser meu amigo", momento em que "já começa a criar um monte de características que não existem no outro e já começa um bullying descarado" (P1, professora polivalente, Ensino Fundamental I). O relato evidencia que o pertencimento ao grupo não depende apenas da convivência entre os estudantes, mas também da forma como eles são reconhecidos e classificados pelos pares. Quando esse reconhecimento é rompido, passam a ser produzidos rótulos e atributos depreciativos que servem para justificar processos de exclusão e inferiorização.

As narrativas docentes indicam que essas classificações incidem especialmente sobre estudantes cujos comportamentos são percebidos como diferentes daqueles socialmente esperados. Um dos exemplos mais recorrentes refere-se aos meninos que não correspondem aos padrões tradicionais de masculinidade. Como observa a P6, o bullying ocorre quando um aluno é percebido pelos colegas como alguém que "tem um jeito afeminado", momento em que "eles já julgam o coleguinha, já constrange, né?" (P6, professora polivalente, Ensino Fundamental I). Essa percepção também aparece na narrativa da P1 (Professora polivalente, Ensino Fundamental I), que identifica o termo "viadinho" como uma categoria depreciativa mobilizada pelos estudantes para classificar e inferiorizar aqueles que são percebidos como diferentes dos padrões de masculinidade socialmente valorizados. Na mesma direção, a P5 (professora polivalente, Ensino Fundamental I) destaca "a questão da homoafetividade, né? LGBTfobia" como um dos fatores relacionados à ocorrência do bullying, indicando que diferentes docentes reconhecem as expressões de gênero e a sexualidade como importantes eixos de classificação entre os estudantes.

Além das classificações já mencionadas, o rendimento escolar também figura nas narrativas dos professores como um importante critério de diferenciação entre os estudantes. As entrevistas revelam que aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem ou não conseguem acompanhar o ritmo da turma passam a ocupar posições de desvalorização nas relações entre os pares. Como relata o P8, "alguém que não consegue acompanhar, que não tem o mesmo ritmo dos demais, ele geralmente é taxado de burro, né?" (P8, professor de Língua Portuguesa, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Em sentido semelhante, a P2 observa que, diante das dificuldades de um colega, os estudantes passam a constrangê-lo e "já querem chamar o outro de burro", julgando aquele que "não tá entendendo a disciplina" ou que precisa recorrer à calculadora para realizar as atividades de matemática, por exemplo (P2, professora de Educação Física, Ensino Fundamental).

Os relatos apontam que o desempenho escolar deixa de representar apenas diferentes ritmos de aprendizagem para tornar-se um princípio de classificação entre os estudantes. A dificuldade em acompanhar a turma é convertida em um atributo depreciativo, expresso pelo rótulo de "burro", que produz inferiorização e exclusão nas interações cotidianas. Essa dinâmica revela que determinados conhecimentos e competências escolares são socialmente valorizados, funcionando como critérios de distinção entre os estudantes. Como argumentam Bourdieu e Passeron (2014), a escola não apenas transmite conhecimentos, mas também legitima formas de classificação e hierarquização que atribuem diferentes valores aos sujeitos. Nesse contexto, o bullying contribui para atualizar essas hierarquias nas relações entre os pares, convertendo diferenças de desempenho em posições desiguais e reafirmando distinções simbólicas no cotidiano escolar.

As entrevistas também revelam que a escolha do alvo não ocorre de maneira aleatória. Segundo o P6, o estudante que pratica bullying "sempre procura algo que aquele coleguinha não gosta... pra expor", insistindo justamente na característica que provoca maior constrangimento. Isso demonstra que o bullying não se dirige a qualquer diferença, mas àquelas que, nas interações escolares, são socialmente percebidas como mais suscetíveis à desqualificação. Nessa perspectiva, a narrativa do professor reforça a compreensão de Goffman (1988) de que um atributo somente se converte em estigma quando passa a ser socialmente interpretado como uma marca depreciativa.

Desse modo, verifica-se que, diferentemente das classificações corporais, apoiadas sobretudo em atributos visíveis, as classificações comportamentais e relacionais incidem sobre formas de agir, de interagir e de ocupar posições no grupo. Em ambos os casos, entretanto, observa-se o mesmo mecanismo de classificação social: diferenças passam a ser socialmente interpretadas como atributos depreciativos, convertendo-se em critérios de distinção que sustentam processos de estigmatização, hierarquização e produção de relações assimétricas entre os estudantes.

3.3 Da classificação à produção das hierarquias sociais

A análise das diferentes formas de classificação discutidas nos tópicos anteriores permite compreender que o bullying não se organiza em torno das diferenças em si, mas dos significados sociais que lhes são atribuídos. As narrativas dos professores revelam que atributos corporais, comportamentais e relacionais tornam-se relevantes apenas quando são socialmente classificados e convertidos em critérios de distinção entre os pares. Assim, características como peso, aparência física, expressões de gênero, desempenho escolar ou formas de interação deixam de representar simples

diferenças individuais e passam a ocupar posições diferenciadas nas relações estabelecidas no cotidiano escolar.

Essa dinâmica evidencia que o bullying não produz seus próprios critérios de diferenciação, mas mobiliza classificações, valores e hierarquias já presentes na sociedade. Conforme argumenta Bourdieu (1989; 2007), os sistemas de classificação não apenas descrevem a realidade social, mas produzem princípios de percepção e avaliação que definem quais características serão reconhecidas como legítimas, valorizadas ou superiores e quais serão percebidas como inadequadas, inferiores ou desviantes. Incorporados pelos sujeitos por meio do habitus (BOURDIEU, 1972), esses esquemas orientam as interações cotidianas e fazem com que determinadas diferenças sejam continuamente reconhecidas como dignas de prestígio, enquanto outras passam a ser associadas à desvalorização.

É justamente nesse processo de atribuição de valores que determinadas diferenças passam a funcionar como estigmas. De acordo com Goffman (1988), um atributo não é depreciativo por sua natureza, mas pelos significados sociais que lhe são atribuídos nas interações. Assim, peso, desempenho escolar, expressões de gênero ou formas de comportamento tornam-se marcas de desvalorização porque passam a ser interpretadas socialmente como sinais de inferioridade, legitimando práticas de ridicularização, exclusão e discriminação.

As evidências analisadas permitem compreender que o desequilíbrio de poder, apontado por Olweus (1994), Fante (2018) e Carneiro (2018) como uma das principais características do bullying, não constitui apenas uma condição prévia para a ocorrência do fenômeno. Os dados sugerem que esse desequilíbrio é continuamente produzido e reforçado pelos processos de classificação, estigmatização e hierarquização que organizam as relações entre os estudantes. Assim, o poder não antecede necessariamente o bullying; ele também é construído e atualizado pelas próprias práticas de classificação que definem quem pode ridicularizar, excluir e impor categorias depreciativas e quem ocupa, de forma recorrente, a posição de alvo dessas práticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender o bullying escolar a partir de uma perspectiva sociológica que desloca o foco do fenômeno das características individuais dos estudantes para os processos sociais que atribuem significado às diferenças. Ao analisar as narrativas dos professores entrevistados, foi possível evidenciar que as agressões não recaem sobre qualquer diferença, mas sobre aquelas que, em determinado contexto social, são produzidas como inferiores e passíveis de desqualificação.

A aproximação entre os estudos sobre bullying e a sociologia de Pierre Bourdieu permitiu compreender que as práticas de violência entre pares são atravessadas pelos mesmos esquemas classificatórios presentes na sociedade mais ampla. Em diálogo com Goffman (1988), foi possível evidenciar que essas classificações atribuem às diferenças significados depreciativos que as convertem em estigmas, legitimando processos de ridicularização, exclusão e produção de hierarquias entre os estudantes. Dessa forma, o bullying deixa de ser interpretado apenas como um problema comportamental ou disciplinar e passa a ser compreendido como uma prática relacional que mobiliza sistemas de classificação, distinção e produção de desigualdades. Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo consiste em demonstrar que o bullying pode ser compreendido como um processo de classificação social, no qual diferenças socialmente construídas são mobilizadas para produzir hierarquias, estigmatização e relações assimétricas entre os estudantes.

Essa perspectiva evidencia a importância de que as ações de enfrentamento ao bullying ultrapassem intervenções centradas exclusivamente nos indivíduos, incorporando reflexões sobre os processos de classificação presentes na cultura escolar e sobre as formas pelas quais determinadas diferenças são continuamente produzidas como desigualdades. Espera-se que este estudo contribua para ampliar o diálogo entre a sociologia da educação e os estudos sobre bullying, oferecendo novos caminhos para compreender o fenômeno em sua dimensão relacional e social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de uma teoria da prática*. Tradução das partes “Les trois modes de connaissance” e “Structures, habitus et pratiques” por Paula Montero. In: BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Librairie Droz, 1972. p. 162-189.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o poder simbólico*. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 7-15.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARNEIRO, Núbia Célia. *Enfrentamento do bullying no ambiente escolar*. Ed. Jundiaí [SP]: Paco, 2018.

FANTE, Cléo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 8. ed. Campinas: Verus, 2018.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONSALVES, Elisa Pereira. *Conversas sobre iniciação a pesquisa científica*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

OLWEUS, Dan. *Bullying at School: Basic Facts and Effects of a School Based Intervention Program*. 1994.

PEREIRA, Sônia Maria de Souza. *Bullying e suas implicações no ambiente escolar*. São Paulo: Paulus, 2009.

VASCONCELOS, Thamiris Porto. *Bullying escolar: uma análise das narrativas dos professores sobre o fenômeno nas escolas públicas de Campina Grande* – PB. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2022.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo não está disponível ao público.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

A autora foi responsável pela concepção do estudo, análise dos dados, desenvolvimento da fundamentação teórica, interpretação dos resultados e redação do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara que não há conflito de interesses a mencionar.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Doutoranda e mestra em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Licenciada em Ciências Sociais e bacharela em Comunicação Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.